

O real como impossibilidade do objeto da comunicação: uma articulação com a semiótica lacaniana¹

The real as impossibility of the object of communication: a link with lacanian semiotics

José Isaías Venera²
j.i.venera@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende problematizar o objeto da comunicação com base na semiótica lacaniana. Discute-se o campo da Comunicação e a dificuldade em definir seu objeto. O estudo tem como pressuposto a teoria de Jacques Lacan sobre a noção signo, na qual remonta ao linguista Ferdinand de Saussure. Com destaque para o significante, o sentido é sempre polissêmico, como se fosse impulsionado por uma força que não se deixa simbolizar – o real. Como hipótese tem-se que o campo da comunicação é marcado por um encontro com o real, sendo este o que o mobiliza incessantemente à prática comunicacional. Nesse sentido, reforça-se a tese de que o objeto da comunicação é o laço social, decorrido do sentido engendrado na cadeia significante. Assim, procura-se mostrar, neste estudo teórico, que a impossibilidade de definir o objeto da comunicação é, também, a potência do campo.

Palavras-chave: Linguagem. Epistemologia. Objeto da comunicação. Semiótica lacaniana.

ABSTRACT

This article discusses the object of communication from Lacanian semiotics. Part of the identification of the field of Communication and the difficulty of defining its object. The study has as a presupposition the theory of Jacques Lacan on the sign notion, in which it goes back to the linguist Ferdinand de Saussure. With emphasis on the signifier, the meaning is always polysemous, as if it were driven by a force that does not allow itself to be symbolized - the Real. The hypothesis is that the field of communication is marked by an encounter with the Real, and this is what incessantly mobilizes the communication practice. In this sense, the thesis is reinforced that the object of communication is the social bond, elapsed from the sense engendered in the signifying chain. Thus, we try to show, in this theoretical study, that the impossibility of defining the object of communication is also the power of the field.

Keywords: Language. Epistemology. Object of communication. Lacanian semiotics.

¹ Uma pequena parte desta reflexão foi apresentada no GP Teorias da Comunicação do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento que integra o XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Há, também, alguns fragmentos da tese *Da cólera ao acontecimento junho de 2013*, defendida na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) em 2017.

² Universidade da Região de Joinville (Univille). Rua Ministro Calógeras, 439 - Centro, Joinville (SC).

Introdução

Um campo disciplinar depende da produção de um saber específico, constituindo-se em uma epistemologia, e a partir do qual um objeto mais ou menos comum aos pesquisadores se apresenta. A Comunicação enquanto campo científico é recente, tendo suas bases estabelecidas somente no século XX, influenciada pelo contexto do século XIX, quando, primeiro, os processos mecânicos e, posteriormente, eletromecânicos se tornaram onipresentes nas sociedades.

A Comunicação é um campo interdisciplinar. O que isso significa? Entre outras coisas que seu corpo teórico se desenvolve na articulação de diferentes áreas – destacando-se a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia – e a partir das quais se forma um olhar específico para um determinado objeto (da comunicação). Tal constatação talvez seja a virtude da área, mas também o nó problemático que mobiliza, sobretudo, o debate sobre a autonomia do campo. Sá Martino (2008) apresenta um diagnóstico nessa direção, indicando a impossibilidade de uma base comum para as chamadas *Teorias da Comunicação* ao questionar se haveria necessidade de uma disciplina específica nos currículos, já que os pressupostos teóricos atravessariam várias disciplinas dos cursos de comunicação.

Essa “natureza” interdisciplinar indica a dificuldade ou impossibilidade de definir um objeto comum da Comunicação. Constituindo-se como campo disciplinar no contexto da comunicação de massa, sua produção, mensagem e recepção mobilizam parte da produção dos estudos. Outra perspectiva, como aponta Sá Martino (2008), são as abordagens psicológicas da comunicação, ou interpessoais, o que desloca as análises dos efeitos dos meios de longo alcance.

O presente artigo pretende contribuir com esse debate ao evidenciar que, talvez, o objeto da comunicação deva ser pensado mais a partir do que escapa sua objetificação do que a busca por uma variável em comum que legitime um estudo específico.

Para sustentar a tese, desenvolve-se a noção de semiótica lacaniana – em um movimento interdisciplinar entre psicanálise e comunicação – para, ao final, mostrar que, talvez, a potência nos estudos de Comunicação esteja justamente na impossibilidade de precisar seu objeto.

Da impossibilidade do significado nas Teorias da Comunicação

O campo das Teorias da Comunicação surge nas primeiras décadas do século XX em torno dos problemas

do poder e da dominação, ao mesmo tempo em que são desenvolvidos esquemas, como o proposto por Lasswell (1978) em *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*, publicado em 1948, para dar conta dos processos comunicacionais. O destaque ao controle dos meios de comunicação e à forma de codificar as mensagens, para produzir um determinado efeito, mostra que a linguagem não passava de um mero instrumento utilitário, “[...] uma arma inteiramente manipulável, passível de desempenhar um trabalho determinado, conduzindo a um determinado e previsível fim” (Freitas, 1992, p. 13).

A concepção da linguagem como instrumento de controle na comunicação de massa, mesmo com certa plasticidade dependendo da teoria, permanece. O esquema emissor-mensagem-receptor (Aristóteles, s.d.), em certa medida, mantém-se. Na contramão dessa longa tradição, buscamos trabalhar a impossibilidade do uso da linguagem para significar correlativamente um dado da realidade e que, por sua vez, poderia (a linguagem) ser interpretada com um mínimo de ruído por um sujeito consciente.

Essa seria uma das tramas do objeto da comunicação, visto que este não se reduz à mídia como especificidade do campo. Como observaram França e Simões (2016, p. 26):

Identificar a mídia como objeto de estudo da comunicação traz alguns embaraços (não traduz claramente a natureza dos estudos, exclui outras práticas), porque esta resposta está assentada num caminho errado: os objetos de conhecimento não correspondem exatamente às coisas do mundo, mas significam antes formas de identificá-las, de falar delas, de conhecê-las. Um objeto de estudo tem uma natureza de representação, é uma “construção conceitual” que nos permite apreender de uma determinada maneira e não de outra os objetos empíricos que nos cercam, os aspectos concretos, tangíveis de nossa realidade.

Os objetos do conhecimento não correspondem exatamente às coisas do mundo porque a linguagem também não corresponde exatamente ao que mobiliza o sujeito na trama comunicacional. Ao trazer para o debate pressupostos lacanianos da linguagem e sua articulação com o inconsciente, busca-se acentuar a tese que aparecerá ainda tímida no presente artigo, de que o objeto da comunicação é, sobretudo, a parte não compreendida da comunicação. Poderíamos adiantar que o real da comunicação é o que não se deixa simbolizar. Para chegar a

tal afirmação – numa analogia com o axioma lacaniano de real, de que ele “é o que não cessa de se escrever” (Lacan, 1985, p. 81) –, desenvolveremos o percurso sobre a relação do significante com o significado.

O signo para Saussure

Nos estudos de linguagem, Ferdinand de Saussure (2006) desenvolveu a linguística moderna com a noção de signo, elemento presente em todas as línguas, enfatizando sua arbitrariedade. Com o signo linguístico, daria surgimento à semiologia, que “[...] é uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social” (Saussure, 2006, p. 24). Na sua descrição, “[...] o signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista” (Saussure, 2006, p. 25). No que concerne ao valor do signo, o linguista dirá que “[...] a coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja” (Saussure, 2006, p. 132).

A associação do *conceito* (significado) com a *imagem acústica* (significante), para Saussure, resulta no signo linguístico, que, por sua vez, é arbitrário. Seus componentes (significante e significado) não possuem qualquer relação uns com os outros. Para exemplificar, Saussure (2006, p. 81) afirma que a ideia (significado) de *mar* não possui ligação à sequência de sons compostos pelas letras M-A-R (significante) e que outra sequência de letras poderia igualmente representar a ideia de *mar*. Ele cita ainda a existência de línguas diferentes como comprovação de sua teoria. MAR é o significante em português da mesma forma que MEER é o significante em alemão e SEA, o significante em inglês. “A palavra *arbitrário* requer também uma observação [...] queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Saussure, 2006, p. 83).

A arbitrariedade é o primeiro princípio do signo linguístico previsto por Saussure em seu projeto semiológico. Já o segundo princípio descreve o caráter linear do significante, que tem natureza auditiva e se desenvolve no tempo. “Tem as características que toma do

tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão*: é uma linha” (Saussure, 2006, p. 84).

Indiscutivelmente, a estrutura que Saussure deu ao modelo de signo foi fundamental. No entanto ele não aprofundou suas análises em relação aos sistemas sígnicos durante os três cursos³ que ministrou no início do século XX, mas abriu caminho para uma tradição de autores, de diferentes áreas.

O signo invertido de Lacan

Lacan, em *O seminário – livro 20: mais, ainda* (1985), destaca que, na linguística, o campo da fala não é algo espontâneo. Um discurso a mantém, “[...] que é o discurso científico. Ela [a linguística] introduz na fala uma dissociação graças à qual se funda a distinção do significante e do significado” (Lacan, 1985, p. 42). Essa dissociação entre o que se ouve e o que significa só pode fazer sentido no campo do discurso.

O que interessa a Lacan na relação entre significante e significado é o liame, mas não propriamente a ligação entre as duas instâncias do signo linguístico. “O liame – não podemos fazer outra coisa senão passar imediatamente a isto – é um liame entre aqueles que falam” (Lacan, 1985, p. 43). É nesse sentido que o sujeito em Lacan só pode existir no deslizando da cadeia significante, de um significante para outro. O sujeito constituindo-se nesse sentido deslizando que se forma entre significantes – um efeito de sentido no liame, no espaço intervalar entre significantes.

Não para por aí. Lacan (1998) inverte a primazia dada por Saussure ao significado, colocando a divisão de ponta-cabeça, passando o significante para o lado de cima da barra (que na linguística tem a função de indicar a arbitrariedade das duas faces do signo, porém na psicanálise lacaniana refere-se à barra da repressão).

Em *O seminário – livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1988, p. 197) elabora a célebre fórmula: “um significante é o que representa um sujeito para um outro significante”. O sujeito como resultado desse espaço intervalar entre um significante e outro significante, em que ele se constitui na busca do sentido – o que faz, com isso, deslizar a cadeia significante.

³ Ferdinand Saussure ministrou por três vezes o curso de linguística na Universidade de Genebra, entre os anos 1906-1907, 1908-1909, 1910-1911. A obra *Curso geral de linguística* foi editada após sua morte por dois de seus discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye, tendo como base as anotações feitas por alunos ao longo dos cursos oferecidos.

Na linguística estrutural, assim como da perspectiva mais recorrente dos estudos em comunicação, a linguagem é uma estrutura. Enquanto estrutura bastaria conhecer suas regras e entender como se faz uso dessa estrutura. Bem diferente, para a psicanálise a linguagem não é “uma” estrutura, mas “é” estrutura, “é um meio que o sujeito se vê forçado a habitar” (Marín-Dòmene, 2015, p. 109). Ou, dizendo de outra forma, “a linguagem representa uma barreira, um muro que separa o sujeito do real” (Marín-Dòmene, 2015, p. 109).

Partindo do pressuposto de que o sujeito não faz uso da linguagem para representar um real, e sim faz uso se constituindo nela, Lacan encontra nos estudos de Roman Jakobson (1995) outra contribuição, as noções de metáfora e metonímia, os dois polos presentes em qualquer estrutura linguística. Lacan desenvolve na psicanálise as relações apontadas por Jakobson (1995, p. 61):

Eis por que uma investigação da estrutura dos sonhos, a questão decisiva é saber se os símbolos e as sequências temporais usadas se baseiam na contiguidade (“transferência” metonímica e “condensação” sinedócica de Freud) ou na similaridade (“identificação” e “simbolismo” freudianos).

O que Jakobson desenvolve nas figuras de linguagem – metáfora e metonímia – teria relação com a construção das imagens oníricas por meio do mecanismo psíquico da *condensação* e do *deslocamento* desenvolvidos por Freud em *A interpretação dos sonhos* (1996), publicado em 1900.

Em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, de 1957, Lacan desenvolve o diálogo da psicanálise com a linguística com destaque para a metáfora e a metonímia:

A centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela broca entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) como o resto da cadeia (Lacan, 1998, p. 510).

Essa passagem evidencia bem o que se defende no presente estudo, de que a mensagem sempre deixa latente outro significante que permanece oculto. Para tornar mais claro, daremos destaque para uma série de títulos de

matérias sobre a onda de protestos que tomou o país em junho de 2013, primeiro contra o aumento de 20 centavos na tarifa de ônibus em São Paulo, mas logo depois se estendeu para todo o país numa proliferação de temas que desconcertou os mais experientes analistas: “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP” (FOLHA DE S. PAULO, 07/06/2013); “Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus” (FOLHA DE S. PAULO, 07/06/2013); “Fogo, bombas e depredação no maior protesto contra tarifa” (ESTADÃO, 12/06/2013); “Rastro de destruição, danos patrimoniais, estações depredadas” (FOLHA DE S. PAULO, 08/06/2013); “O bando dos caras tapadas” e na linha de apoio: “O bando dos caras tapadas: quem são os manifestantes do Black Bloc, que saem às ruas para quebrar tudo” (VEJA, 21/08/2013); “Puro vandalismo” (ESTADÃO, 08/06/2013).

A construção de um cenário de guerra por parte da mídia corporativa funciona como metáfora dos protestos de junho de 2013. No entanto esse processo da metáfora não faz desaparecer o significante substituído. Os manifestantes continuam latentes no discurso da mídia corporativa, a qual busca desesperadamente construir um sentido que dê conta de substituir por completo o acontecimento. A função da metáfora, como afiança Jakobson, tem relação com o que Freud chamou de condensação, a superimposição de significantes. Nos protestos de junho de 2013 pode-se observar a tentativa da mídia corporativa de condensar todo o fenômeno numa única imagem: um cenário de guerra.

A outra figura de linguagem é a metonímia. Enquanto a metáfora está ligada à condensação, a metonímia tem a função do deslocamento, completando assim a relação que Freud (1996) fez em *A interpretação dos sonhos*. A metonímia estaria assim relacionada à transposição de significantes, como se cada um deles referisse às partes do todo. Voltando ao exemplo, teríamos: vandalismo, caras tapadas, destruição, fogo, bombas etc. Esses dois movimentos integram o deslizamento incessante do significado sob o significante.

Dessa forma, a análise dos processos de comunicação não poderia ser entendida como uma estrutura de linguagem que se desenvolve em outra estrutura, a dos meios de comunicação, mas sim que ambos integram a linguagem como também os sujeitos implicados nesse fenômeno. Nas interações sociais por meio dos veículos de comunicação, por mais que os discursos decorram de um procedimento objetivo – como no discurso jornalístico –, o sujeito dividido (consciente-inconsciente) projeta-se nas suas produções, mesmo com o movimento de eliminar

qualquer traço subjetivo. Haveria no discurso uma parte sempre velada, o que no âmbito do sujeito se refere ao inconsciente e no social, à ideologia.

Nesse caminho, teria menos importância a definição empírica de um objeto da comunicação por meio das partes do processo – veículo, código, emissão, recepção etc. – e mais o que escapa da comunicação, ao mesmo tempo que a mobiliza. O pressuposto de que algo falta à comunicação é o que a faz existir e reforça a dimensão arbitrária da linguagem, apontando para a desnaturalização do campo simbólico. Princípio pelo qual não poderia haver sentido imanente ao significante, como se houvesse algo em si que o indicasse à coisa, como de certa forma defendia Platão (2010), em “Crátilo”.

Linguagem e signo

“Crátilo” é o primeiro diálogo em que Platão debate sobre o problema da convencionalidade do signo. Único texto de Platão que se dedica exclusivamente ao tema da linguagem⁴, examina, sob a perspectiva do nome, sua função de nomear. Mesmo que as discussões sobre as concepções naturalista e convencionalista da linguagem sejam refutadas por Platão, por não contribuir para o conhecimento, o entendimento é de que os nomes (verdadeiros) carregariam na sua representação algo da natureza das coisas referidas. A investigação a partir da divisão entre natureza e convencionalidade e a busca de Platão pelo conhecimento influenciarão a tradição filosófica, praticamente até a chamada “virada linguística”, com destaque para Wittgenstein.

A linguagem tem origem na natureza das coisas ou é resultado de leis, convenções ou costumes humanos? A questão central talvez seja: “[...] a linguagem (no caso, as palavras) pode contribuir para o conhecimento da realidade?” (Marcondes, 2009, p. 14). A linguagem que conduz à verdade estaria relacionada diretamente às coisas por elas nomeadas, fazendo, assim, prevalecer o sentido denotativo sobre o conotativo? Como aponta Mesquita (1997, p. 87): “Entre as palavras e coisas estabelece-se assim uma relação íntima e irreduzível, relação articulada sob o signo da nomeação, ou seja, sob o signo da referência unidirecional pela qual àquelas cabe exclusivamente indicar estas da forma mais transparente possível”.

Platão parece defender a linguagem ideal, que não

substituiria a essência das coisas, mas que “[...] os constituintes sonoros fossem capazes de imitar aspectos da coisa real, como se cada letra ou sílaba correspondesse a uma propriedade ou qualidade dela” (Saes, 2013, p. 15). Nessa abordagem, o conhecimento conduz à verdade, que, por sua vez, está para além da linguagem. Quando Platão compara nomes a pinturas, o objetivo não seria acentuar essa impossibilidade de plenitude da linguagem, já que a verdade está para além dela? Uma imagem, por mais que seja uma boa cópia, jamais será perfeita. O argumento é simples:

Ora essa não é a espécie de correção aplicável à qualidade ou a imagens em geral; pelo contrário, uma imagem não poderia continuar sendo uma imagem se por algum meio reproduzisse todas as qualidades do que imita. Vê se estou certo. Haveria duas coisas – Crátilo e a imagem de Crátilo – se algum deus não se limitasse a imitar tua cor e forma, como fazem os pintores, mas também reproduzisse todas as partes internas como as tuas, reproduzisse a mesma flexibilidade e calor, nelas introduzisse movimento, alma e inteligência, tais como existem em ti e, em síntese, pusesse ao teu lado uma duplicata de todas as tuas qualidades? Haveria nesse caso Crátilo e uma imagem de Crátilo, ou dois Crátilos? (Platão, 2010, p. 123).

A impossibilidade da linguagem perfeita faz com que a convencionalidade ganhe terreno. Porém não seria ao mesmo tempo este também o lugar do simulacro, da dessemelhança em relação ao modelo? A função dos nomes, para Platão, remeteria à sua própria essência, à sua própria natureza de cópia. No diálogo platônico, Sócrates responde a Crátilo: “[...] os nomes jamais podem ser semelhantes a qualquer coisa a não ser que os elementos dos quais os nomes são compostos preexistam e apresentem alguma semelhança com as coisas imitadas pelos nomes” (Platão, 2010, p. 126).

Esse ponto, o de ressaltar a dessemelhança, da impossibilidade da própria linguagem de reproduzir inteiramente um modelo, é que fez germinar, desde Nietzsche, o projeto de afirmação da diferença. Ora, “se os nomes apresentam alguma semelhança com a coisa imitada”, eles (os nomes) não se constituiriam, sobretudo, na diferença, levando-nos a formular uma ontologia da cópia naquilo justamente que difere e não naquilo que se

⁴ Para o filósofo português Mesquita (1997, p. 87): “O primeiro é o *Crátilo* ser, queiramos ou não ver nele uma obra *sobre* a linguagem, o único texto de entre o *corpus* platônico que versa objetiva e sistematicamente temas do âmbito da filosofia da linguagem”.

assemelha? O projeto da inversão do platonismo dá-se mesmo quando Sócrates, no diálogo, aceita que, em certo grau, a *mimese* ceda lugar ao convencionalismo, mas que este último não pode prescindir da referência ao objeto nomeado. O caminho, no debate pós-estruturalista, não seria a radicalidade desse movimento, de que a linguagem inventa o objeto? Assim, a linguagem não representaria um objeto, ou fenômeno, mas ela apresenta, faz ver, sem o qual não veríamos, ou seja, não existiria.

Crátilo de Lacan

O desconforto de não haver espontaneidade na linguagem levou, segundo Lacan, Platão a uma atitude desesperada. “Crátilo, do chamado Platão, é feito no esforço de mostrar que bem deve haver uma relação nisso, e que o significante quer dizer, em si mesmo, alguma coisa” (Lacan, 1985, p. 42). Curioso: “é feito no esforço”. Temos aí um diálogo feito por Platão que busca enquadrar um problema formulado por ele na sua teoria geral, ou seja, no seu modelo.

Para Lacan, a atitude de Platão ressalta, ao contrário do proposto, que o significante não tem nenhuma relação com o significado, mas é na ausência de um método para averiguar os nomes que mobiliza sua teoria, como se ela fosse impulsionada por um campo impossível de ser solucionado. A convencionalidade só passou a ser um problema a ser enfrentado por Platão porque há algo nesse fenômeno que não se enquadra totalmente no seu modelo ideal.

Da relação de Platão com a busca pela verdade nos nomes, inserindo o debate no seu sistema (teoria da Ideia), Lacan passa para a teoria da arbitrariedade do linguista Ferdinand de Saussure (2006), entendendo como um deslizamento do discurso filosófico para o científico. É nesse sentido que o sujeito em Lacan só pode existir no deslizamento da cadeia significante; ele como efeito de sentido no liame, no espaço intervalar entre significantes. O filósofo francês Alain Badiou (2003, p. 22), ao abordar a leitura de Lacan sobre o “Crátilo” de Platão, no esforço para garantir a significação do significante, diz que, “[...] na verdade, o enunciado central desse diálogo aparece quando Sócrates declara que nós, nós os filósofos, partimos das coisas e não das palavras”.

Badiou estabelecerá, nessa busca filosófica para além dos enunciados, um dos pontos de convergência com

Lacan, mas pela via da semelhança como afirmação da diferença. “Lacan vê aí o ponto central do que está em jogo na relação do Sujeito à Coisa, *das Ding*” (Badiou, 2003, p. 23). Em outras palavras, há algo do real que faz furo no simbólico.

Mas é nesse mesmo ponto que há algo do real que produz vertigem no sujeito, que Badiou também insere Lacan como um dos grandes antifilósofos.

A operação filosófica, aos olhos de Lacan, consiste em afirmar que há um sentido da verdade. Mas por que a filosofia afirma que há um sentido da verdade? Porque seu objetivo, o consolo que sob o nome de “sabedoria” ela nos propõe, é poder declarar que há uma verdade do real (Badiou, 2013, p. 66).

Ora, não seria o mesmo que dizer que a busca pela verdade – no caso de “Crátilo” é a busca pelo método para identificar um nome – é decorrente de uma causalidade⁵ que faz o sujeito buscar palavras para responder a uma questão que, desde o início, não tem resposta ideal? Assim, a busca pela verdade seria mobilizada pelo acaso-causa; algo externo à linguagem que se integra ao campo simbólico. É quando o acaso é integrado à ordem simbólica, como coisa que faz furo (por ser irrepresentável), que desencadeia um problema a ser solucionado. Por isso, a afirmação de Lacan de que “há uma verdade do real” pode ser entendida como uma criação a partir dos buracos causados no simbólico pelo real, produzindo sentido sobre esses buracos deixados.

A operação de Lacan é contrária à de Platão. Para o filósofo ateniense, o esforço é de mostrar que há relação natural entre o nome e a coisa, o que implica entender que o significante carrega algo em si; que o significante se refere naturalmente a algo. Seria o mesmo que dizer que o significante tem traços de uma verdade fora de si. Aí estaria, para Lacan, a grande contribuição da linguística moderna, quando Saussure constata que a relação do significante com o significado é pura arbitrariedade.

A causalidade do real

Na conferência em Belo Horizonte, proferida em 1999, Badiou defende a antifilosofia de Lacan por meio das teses de Nietzsche, sobretudo do livro *Crepúsculo*

⁵ Sobre a relação da causalidade com o real, ver Maliska (2003).

dos ídolos, no qual cita: “O mundo-verdade foi por nós abolido. Qual mundo nos restou? O mundo das aparências. Mas com o mundo-verdade foi igualmente por nós abolido o mundo das aparências. Meio-dia, o momento em que a sombra é mais curta [...]” (Nietzsche citado por Badiou, 1999, p. 56).

Badiou parte da citação nietzschiana de que meio-dia é o ponto em que o sol não projeta sua sombra nos objetos para contrapor-se ao pensamento hegeliano, de que o filósofo vem “após”, na caída da noite. Esse deslocamento é mais uma marca desse campo que ele busca demarcar em vários de seus textos, como mais um traço da antifilosofia. Lacan integra o campo que Badiou chama de antifilosofia por operar na inversão do platonismo, o que não significa que não constitui uma filosofia, e sim de se fazer uma fuga em relação a uma tradição filosófica⁶. Para Badiou (1999, p. 56), “[...] meio-dia é o nome do acontecimento real, da báscula da vida”. É quando o sol a pico destitui todas as formas projetadas e distorcidas a partir das coisas existentes.

Em outro texto, ele dirá: “A antifilosofia é sempre como um surgimento, porque sua certeza é da ordem do ato; e de um ato podemos ter certeza, porque ele tem efeitos. O filósofo traduz sentido, o antifilósofo produz efeitos” (Badiou, 1997, p. 3). Assim, o acontecimento real ao qual Badiou se refere pode ser entendido como aquilo que produz causalidade no sujeito, e este como efeito entre significantes, ou seja, há uma causa-efeito que funciona como báscula da vida, que apoia a vida.

Voltemos à proposta inicial. O mundo-verdade foi abolido. Todavia o mundo das aparências também. Chegamos à implosão do corte epistemológico estabelecido por Platão, entre inteligível e sensível, essência e aparência. Sem a essência e a aparência, ficam o ato e os seus efeitos. Interessa a Lacan o ato analítico. Isso traz implicações na análise. “O objetivo na análise é criar um saber sobre a

parte não sabida da verdade” (Badiou, 1997, p. 3).

Badiou nos leva a articular Lacan para além do sujeito suposto saber, no sentido de que o sujeito, quando está em análise, supõe que o analista tem o saber para a cura de suas dores psíquicas. Destituir o analista desse lugar do suposto saber dependeria de um ato que é da ordem do real, de um não saber. Ato que implica um corte que deixa, indubitavelmente, um resto: o objeto *a*.

Chegamos ao axioma principal de Lacan, de que o real “não cessa de não se escrever” (Lacan, 1985, p. 81). A dupla negação pode ser lida também como o real sendo aquilo que sempre retorna sem ser simbolizado, mas ao mesmo tempo age como causalidade da linguagem ao buscar cobrir, pelos sentidos, os buracos deixados no simbólico.

O objeto da comunicação e a cadeia significante

Na teoria lacaniana, a ênfase ao significante faz parte do destaque ao registro do simbólico, enquanto o significado é da ordem do imaginário. Ora, o que está em questão na teoria do sujeito de Lacan é a cadeia significante, por meio da qual “[...] o sentido insiste, mas que nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento” (Lacan, 1998, p. 506). Os significantes isoladamente não possuem sentido, entretanto é no deslizamento de um para o outro que o sentido/sujeito se instaura. Com a inversão da relação do significante com o significado, Lacan marca a diferença no algoritmo S/s (Significante sobre o significado). Para Lacan (1998, p. 500), “[...] o significante sobre o significado, correspondendo o ‘sobre’ à barra que separa as duas etapas” e que representa tanto o recalçamento quanto o ocultamento do elemento que

⁶ Em entrevista concedida à revista *Cult*, a historiadora e psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco diz que Lacan não pertence mais aos psicanalistas, referindo-se a inserção do autor em outras áreas de conhecimento, sobretudo a filosofia. “Como disse, Lacan é comentado de modo mais interessante hoje por filósofos como Alain Badiou, Jean-Claude Milner. Mesmo nos EUA, Judith Butler e os *cultural studies* são mais criativos com a obra de Lacan do que os psicanalistas. [...] Lacan foi quem melhor pensou, entre os psicanalistas, a pulsão de morte, o racismo, a organização insana do capitalismo, a sexualidade feminina, a criminalidade. Era isso que eu queria dizer: o século 21 reivindicará esse pensamento permanente subversivo. Lacan é fulgurante como um surrealista. Isso vai ficar. Seu pensamento não pertence mais aos psicanalistas. Provavelmente será comentado cada vez mais pelos filósofos, pois Lacan vai entrar para a história do pensamento, assim como Derrida, Foucault, e toda uma geração francesa dos anos 1960” (Socha e Lima, 2017). Contudo o antiplatonismo parece, mais do que uma antifilosofia, uma marca do nosso tempo. O filósofo Žižek, ao falar de Platão, Descartes e Hegel, dirá que cada um deles projetou uma perspectiva sobre os que os seguiram. Sobre Platão, o esloveno traz para o argumento a leitura de Foucault: “Michel Foucault (1920-84) disse uma vez que toda a história da filosofia ocidental poderia ser definida como a história das rejeições de Platão: mesmo hoje, marxistas e liberais anticomunistas, existencialistas e empiristas analíticos, heideggerianos e vitalistas estão todos unidos em seu antiplatonismo” (Žižek, 2017, p. 75-76).

fica na posição inferior.

Se não há relação direta entre o significante e o significado, este segundo vem como sentido para preencher um lugar vazio, uma falta, que, por sua vez, produz um efeito de sujeito. O vazio não é totalmente simbolizável, por isso fica sempre um resto, um real que retorna.

Com a segunda propriedade do significante, de que compor segundo as leis de uma ordem fechada, afirma-se a necessidade do substrato topológico do qual a expressão “cadeia significante”, que costumo utilizar, fornece uma aproximação: anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis (Lacan, 1998, p. 505).

Com isso, a significação, para Lacan, não pode se encerrar, como em um signo fechado, mas delineada na cadeia significante, cuja significação só pode ser *a posteriori*, no encadeamento de um ao outro.

Partimos dessa premissa lacaniana, que aponta que a impossibilidade de alcançar o significado é um traço preponderante na comunicação. Os processos de comunicação desenvolvidos pela grande mídia não fogem à regra. Essa impossibilidade não é somente o núcleo traumático na prática comunicacional, mas também dos estudos da área.

Nessa trama o objeto da comunicação ganha seus contornos, como entrelaçado no Real (*nonsense*), no Simbólico (a cadeia de significante) e no Imaginário (no sentido) – RSI. Para exemplificar, recorreremos novamente a um dos episódios mais emblemáticos dos protestos de junho de 2013. No dia 17, mais de 10 mil pessoas protestavam na Explanada dos Ministérios, em Brasília. Na manhã seguinte (18), o jornal *Correio Braziliense* estampa na capa a manchete: “Manifestantes desnor-teiam a velha política”. Na imagem da capa, um furacão com as cores da bandeira do Brasil, ao mesmo tempo em que constrói a ideia de destruição geral, deixa como enigma o que virá depois.

Partindo da noção de que o real é “o que não cessa de não se escrever” (Lacan, 1985, p. 81), podemos também relacionar com a dimensão da devastação causada por um furacão, onde tudo o que havia de construção vem abaixo. Para Garcia-Rosa (2003, p. 43), “o real não se situa entre os objetos do mundo, entendidos estes como objetos possíveis do desejo, mas como impossível, como o que falta ao encontro marcado, e em cujo vazio toma o lugar o significante”. Por isso, a manchete do *Correio Braziliense* vem como expressão de um mal-estar provo-

cado pelo real, visto que não é somente a velha política que fica desnor-teada, como também todo discurso que opera na representação mas que não encontra formas de simbolização do acontecimento.

Nessa via, o acontecimento traria consigo tal dimensão do real, de algo que não pode ser totalmente incorporado no campo simbólico. Ao mesmo tempo, pela linguagem se tenta dar conta de significar o acontecimento, trazê-lo para a ordem simbólica na busca de produzir um significado completo (por isso o significado ou sentido é da ordem do imaginário).

Se na capa do *Correio Braziliense* a imagem do furacão constitui um plano de expressão que aponta para o incompreendido dos protestos de junho de 2013, não faltaram, desde o início das manifestações em 6 de junho, tentativas da grande mídia de significar e controlar o sentido da realidade.

O real como retorno

No texto “A significação do falo”, Lacan (1998, p. 52) afirma que “[...] o real é aquilo que retorna sempre ao mesmo lugar [...]”. Maliska (2003, p. 64), ao interpretar essa passagem, diz que o “[...] real é aquilo que não se situa entre os objetos de um mundo possível, pois seu objeto é denominado *A coisa – Das ding* – objeto que falta”.

Quando Lacan apresenta o real como sendo “aquilo que não cessa de não se escrever” (1985, p. 81), faz uma dupla negação que marca *mais ainda* a falta, levando a linguagem a funcionar em um excedente – uma *mais-valia* em um corpo que, paradoxalmente, não pode ser simbolizado.

O retorno ao real não seria o que faz movimentar a cadeia significante? O sentido é produzido na relação entre significantes e por um sujeito que se constitui na busca incessante do significado. Na articulação pela via da psicanálise para pensar o sujeito e sua relação com o mundo, o processo de comunicação seria marcado pelo real, qual seja, o da impossibilidade de o sentido se fechar numa significação. Nessa impossibilidade, as relações de poder estruturam-se pela linguagem no discurso, afirmando-se como autorizadas a representar determinados fenômenos, como no caso do jornalismo que se define como porta-voz dos acontecimentos factuais.

Concordando com França e Simões (2016, p. 12) sobre o objeto da comunicação: “Nosso objeto de estudo é identificar/compreender processos comunicativos”, mas poderíamos acrescentar que o modo como o sujeito se implica, nesses processos, constitui o objeto da co-

municação. Essa dimensão do real lacaniano indica uma impossibilidade, como também a vitalidade de estudos por vir.

Considerações finais

Nesta rápida articulação para apresentar uma nova perspectiva de identificação do objeto da comunicação – núcleo problemático da área –, buscamos articular a semiótica lacaniana, que, necessariamente, rompe com a noção de que a linguagem é um instrumento de mediação entre consciências para descrever a realidade. Nessa via, linguagem e sujeito não se separam, o que nos leva a crer também que as mídias – com sua dimensão tecnológica e de linguagem – constituem uma gramática na produção de subjetividades, ou seja, nas produções de formas de existência psíquica e social. A questão-programa formulada por Lasswell (1978) – “quem diz o que, por qual canal, para quem e com qual efeito” – pressupõe, de um lado, um sujeito consciente que diz algo por meio de um canal e, por outro lado, um receptor que estará sob os efeitos de uma mensagem, diferentemente do caminho até aqui percorrido.

A noção de sujeito ocupando imaginariamente (sentido de completude) o lugar vazio do significado traz consequências no sentido de que ele (o sujeito) está implicado, desde o início, no deslizamento da cadeia significante.

Nessa abordagem teórica, o sujeito está implicado nos processos de comunicação constituindo-se a partir da cadeia significante. O laço social forma-se na busca incessante do sentido. Uma das formas de articular o objeto da comunicação seria nessa amarração do sujeito com os processos de comunicação, por meio dos quais os sentidos são engendrados.

Não seria aquilo que sempre escapa ao fechamento imaginário do discurso que, ao mesmo tempo, caracteriza o objeto da comunicação? Aquilo que mobiliza o pesquisador a investigar, a buscar esquemas de interpretação para entender a nossa realidade midiática.

O que escapa é ao mesmo tempo o vazio para ser preenchido, dando as condições para a emergência de um efeito de sujeito – marcando assim o laço social por meio das mídias. Se as mídias se transformam e permitem múltiplas formas de interações, alteram-se também os laços sociais e as formas de produção de subjetividades.

Referências

- ARISTÓTELES. s.d. *Arte poética e arte retórica*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro.
- BADIOU, A. 1999. *Conferência de Alain Badiou no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica.
- _____. 2013. Fórmulas de “O aturdido”. In: BADIOU, Alain; CASSIN, Barbara. *Não há relação sexual: duas lições sobre “O aturdido” de Lacan*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. 1997. Lacan – a antifilosofia e o real como ato. In: *Letra Freudiana*. Escola, psicanálise e transmissão. Colóquio Psicanálise e Filosofia. Sujeito e Linguagem. Ano XVI, n. 22. Rio de Janeiro, Revinter.
- _____. 2003. Lacan e Platão: o matema é uma ideia? In: SAFATLE, V. (org.), *Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise*. São Paulo, Unesp.
- FOUCAULT, M. 1999. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 19. ed. Petrópolis, Vozes.
- FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. G. 2016. *Curso básico de teorias da comunicação*. Belo Horizonte, Autêntica.
- FREITAS, J. M. M. de. 1992. *Comunicação e psicanálise*. São Paulo, Escuta.
- FREUD, S. 1996. *A interpretação dos sonhos*. v. IV. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago.
- GARCIA-ROSA, L. A. 2003. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- JAKOBSON, R. 1995. *Linguística e comunicação*. São Paulo, Cultrix.
- LACAN, J. 1998. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. 1988. *O seminário – livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. 1992. *O seminário – livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. 1985. *O seminário – livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LASSWELL, H. 1978. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, G. (org.), *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- MALISKA, M. E. 2003. *Entre linguística & psicanálise: o real como causalidade da língua em Sausurre*. Curitiba, Juruá.
- MARCONDES, D. 2009. *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARÍN-DÒMINE, M. 2015. *Traduzir o desejo: psicanálise e linguagem*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- MARTINO, L. C. 2001. De qual comunicação estamos falando? In: *Teorias da comunicação*. Conceitos, escolas e

tendências. Petrópolis, Vozes.

- MARTINO, L. M. S. 2008. A ilusão teórica no campo da comunicação. *Famecos*, **15**(38):111-117.
- MESQUITA, A. P. S. P. de M. 1997. Palavras e coisas no Crátilo de Platão. Subsídios para uma Teoria Platónica da Aprendizagem. *Humanitas*, **49**:85-102.
- PLATÃO. 2010. *Diálogos IV*. São Paulo, Edipro.
- SAES, S. F. de A. 2013. *A linguagem*. São Paulo, Martins Fontes.
- SAUSSURE, F. de. 2006. *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix.
- SOCHA, E.; LIMA, R. A. 2017. *Elisabeth Roudinesco: Lacan deu uma dimensão de intelectualidade à obra de Freud*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lacan-e-um-logico-que-desafia-a-logica-diz-elisabeth-roudinesco/>. Acesso em: 04/05/2017.
- ŽIŽEK, S. 2017. *Acontecimento*. Uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro, Zahar.